

UM ESTUDO SOBRE O EIXO CASCAVEL–FOZ DO IGUAÇU, NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Alfredo Fonseca Peris*
Antonio Carlos Lugnani**

RESUMO

Neste artigo é estudada a dinâmica econômica recente do Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu, discutindo-se os impactos de fatores exógenos, tais como: modernização tecnológica da agricultura; construção da infra-estrutura de transporte; construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, entre outros. Para o estudo, valeu-se de pesquisa bibliográfica, de coleta primária e secundária de dados e de entrevistas. As conclusões revelaram, primeiramente, que o eixo se mostrou autêntico do ponto de vista teórico e se confirma com ligações e interesses econômicos e estratégicos em termos de desenvolvimento regional. Em segundo lugar, foram as intervenções governamentais, notadamente em Foz do Iguaçu, as principais responsáveis pela evolução de sua dinâmica econômica. Em terceiro lugar, a manutenção de Foz do Iguaçu como área de interesse do Governo Federal será decisiva para mantê-la dinâmica, principalmente em sua extremidade oeste.

Palavras-chave: eixo de desenvolvimento; intervenções governamentais; dinâmica econômica.

ABSTRACT

In this article, the recent economic dynamic of Cascavel–Foz do Iguaçu route was studied by discussing the impacts of external facts, like: the technology modernization of agriculture; infra-structure construction of transportation; the construction of the Itaipu Hydroelectric power plant; among others. To do this study, biography research, primary and secondary collected from the statistics and interviews were used. The conclusions reveal, first, that the route shows to be authentic based on theory and confirms itself with economic and strategic interests and relations in terms of regional development. Second, it was the governmental interventions, specially in Foz do Iguaçu, the most responsible for its economic dynamic evolution. Third, the maintenance in Foz do Iguaçu as a Federal government interest area will be decisive to keep it dynamic, principally in the far west.

Key words: development route; governmental interventions; economic dynamic.

*Economista, especializado em Desenvolvimento Agroindustrial pela Universidade do Oeste do Paraná/Campus de Toledo, mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do Centro de Ciências Econômicas Sociais Aplicadas da Unioeste/Campus de Cascavel. E-mail: afperis@unioeste.br

**Graduado em Letras pela PUC-PR, especializado em Teoria Econômica e mestre em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular do Departamento de Economia e de mestrado em Teoria Econômica da UEM. E-mail: aclugnani@uem.br

INTRODUÇÃO

As desigualdades regionais não se constituem em um problema exclusivo dos países em desenvolvimento. Elas ocorrem, também, nos países desenvolvidos. No entanto, nos países em desenvolvimento, representam num problema maior. Assim como há desigualdades entre as regiões de um mesmo país, seja este mais, seja menos desenvolvido, dentro das próprias regiões o desenvolvimento ocorre, também, de forma desigual.

O crescimento econômico, condição necessária para o desenvolvimento, não acontece de maneira uniforme por todo o território de um país ou de uma região. Para Perroux (1970, p.100): "...o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia". O crescimento surge, preferencialmente, em alguns pontos do território de um país ou de uma região, os chamados "pólos de crescimento". A propagação deste se dá segundo vias diferentes, conforme afirma Perroux (1970). Uma dessas vias é constituída pela ligação rodoviária existente entre esses pólos, conhecida por eixos.

Obedecendo à hierarquização dos pólos, pode-se considerar a Região Metropolitana de São Paulo, no Brasil, como um pólo de crescimento nacional. Na Região Oeste do Paraná, é possível considerar cidades como Cascavel e Foz do Iguaçu, atualmente, como pólos de crescimento regional. Conseqüentemente, a ligação rodoviária que une esses dois pólos é tida como um eixo por onde se propagam os fluxos, os preços e as antecipações, conforme destaca Perroux (1970).

Assim, o objetivo deste trabalho consiste na análise dos impactos dos fatores exógenos ocorridos a partir da década de 1960 sobre o Eixo Cascavel-Foz do Iguaçu, que influenciaram diretamente sua dinâmica econômica. Os fatores discutidos são: a modernização tecnológica da agricultura; a construção da infra-estrutura de transporte; a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu; a crise da dívida externa e o surgimento do turismo de compras em Ciudad del Este, no Paraguai; o Mercosul; a abertura econômica e o Plano Real.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

CONCEITOS

Os conceitos-chave utilizados neste trabalho são os de região, de pólo de crescimento, de pólo de desenvolvimento e de eixo de desenvolvimento.

CONCEITO DE REGIÃO

Cada região corresponde a um espaço. Para Boudeville (1973), sob a ótica dos espaços, as regiões podem ser: região homogênea, região-piloto ou região polarizada. Para esse autor (1973, p.13 e 17), a região homogênea "Corresponde a um espaço contínuo, cada uma de cujas partes constituintes (ou zona) apresenta características tão semelhantes quanto possível às da outra". A região-piloto ou região-programa

constitui “...um espaço contíguo cujas diversas partes se encontram na dependência de uma mesma decisão, como as filiais dependem de uma matriz. Representa um instrumento colocado nas mãos de uma autoridade, sediada ou não sediada na região, a fim de que seja atingida uma meta econômica determinada”. Neste trabalho, a ótica a ser considerada é a da região polarizada. Para Boudeville (1973, p.14),

A região polarizada não é uniforme, em razão dos próprios intercâmbios que a constituem. Define-se, pelo contrário, como um espaço heterogêneo cujas diversas partes são complementares e mantêm entre si e, particularmente, com o pólo dominante, um intercâmbio maior do que o estabelecido com a região vizinha. Trata-se na verdade de um local de trocas de bens e de serviços cuja intensidade interna sobrepuja em todos os pontos a intensidade externa. A região polarizada é integrada, sem ser uma autarcia.

CONCEITO DE PÓLO DE CRESCIMENTO

Perroux (1967) faz uma diferenciação entre pólo de crescimento e pólo de desenvolvimento. Todavia, não deixou um conceito pronto que definisse um pólo de crescimento, o que faz Andrade (1987, p.59), ao tratar do assunto:

Em resumo, pode-se dizer que para Perroux o pólo é o centro econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente, e que o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca, de vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região. O desenvolvimento regional estará sempre ligado ao do seu pólo.

Segundo Andrade (1987, p.58),

Para o Prof. Perroux, o pólo de crescimento surge devido ao aparecimento de uma indústria motriz, considerando como tal aquela indústria que, antes das demais, realiza a separação dos fatores da produção, provoca a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização. Em conseqüência, a indústria motriz tem, durante certos períodos, um crescimento do seu próprio produto mais elevado que o crescimento médio do produto industrial e do produto nacional.

Perroux (1967), embora não tenha conceituado pólo de crescimento no que se refere ao crescimento, define-o como sendo o aumento do produto global e da renda per capita durante um certo período.

O CONCEITO DE PÓLO DE DESENVOLVIMENTO

No que tange ao desenvolvimento, Perroux (1967, p.179) diz: “...o desenvolvimento é a combinação das transformações de ordem mental e social duma população que lhe possibilitam o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global”. Em função do seu conceito de desenvolvimento, Perroux (1967, p.192) admitiu a existência do pólo de desenvolvimento, descrevendo-o da seguinte forma:

O pólo de desenvolvimento é uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades. Uma unidade simples ou complexa, uma empresa, uma indústria, um complexo de indústrias dizem-se motrizes quando exercem efeitos de expansão – por intermédio de preços, fluxos, informações – sobre outras unidades que com ela estão em relação.

Andrade (1987, p.60) afirma:

Cremos que os pólos espontâneos, surgidos sem obedecer a uma planificação, podem ser chamados de crescimento quando provocam o crescimento do produto e da renda *per capita* sem acarretar transformações sensíveis às estruturas regionais, e se devem chamar de desenvolvimento quando, ao lado do crescimento do produto, provocam também modificações de estruturas que favorecem à população da região para ele polarizada. Assim, o pólo de desenvolvimento é, às vezes, espontâneo, mas quase sempre é planejado pelo homem.

Ligados ao conceito de pólo e de região polarizada, Perroux (1967) desenvolveu outros conceitos, como o de nós de tráfego, zonas de desenvolvimento, pontos de desenvolvimento e eixos de desenvolvimento. Os nós de tráfego são os lugares onde se cruzam dois eixos de desenvolvimento. As zonas de desenvolvimento surgem onde ocorre a concentração de atividades – industriais ou primárias – em função dos efeitos de complementaridade. Os pontos de desenvolvimento são o lugar que engloba os pólos de desenvolvimento, as zonas de desenvolvimento e os eixos de desenvolvimento.

O CONCEITO DE EIXO DE DESENVOLVIMENTO

Para atingir os objetivos deste trabalho, dentre os conceitos extraídos da teoria dos pólos de desenvolvimento, ora destacados, o que mais interessa é o conceito de eixo de desenvolvimento. Segundo Andrade (1987, p.65-66):

Para o Prof. F. Perroux o pólo de desenvolvimento não existe como uma unidade isolada, mas está ligado à sua região pelos canais por onde se propagam os preços, os fluxos e as antecipações. (...) Esta propagação feita por um caminho que liga dois pólos dá origem ao que ele chama de eixo de desenvolvimento, salientando porém que o eixo não é apenas uma estrada, um caminho e que, além disso, ligado à estrada, deve haver todo um conjunto de atividades complexas que indicam "orientações determinadas e duráveis de desenvolvimento territorial e dependem sobretudo da capacidade de investimento adicional".

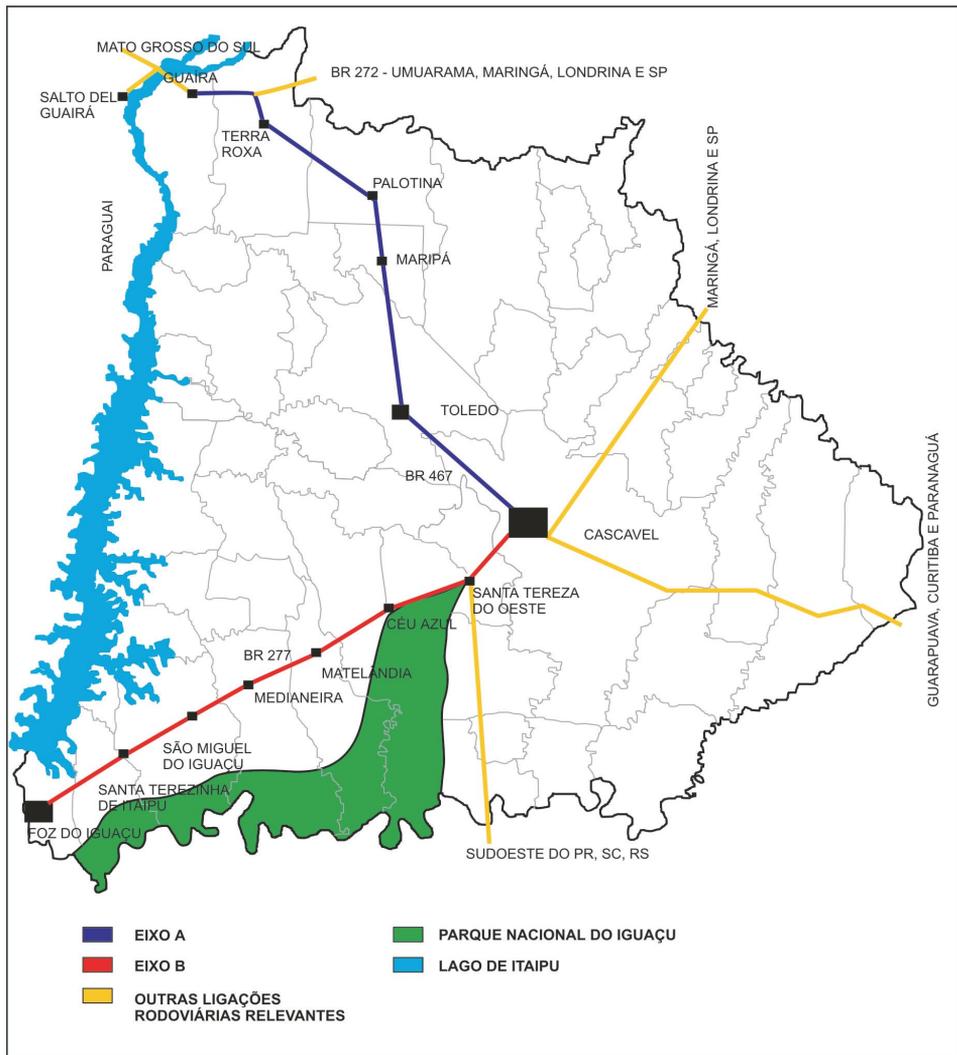
A CONFORMAÇÃO DO EIXO

A existência dos eixos pressupõe a presença de outros bens complementares, como energia, crédito e competência técnica. Segundo Andrade (1987), um bom exemplo de eixo de desenvolvimento, em nível de Brasil, seria o Eixo Rio–São Paulo ou o Eixo São Paulo–Santos. Em nível regional, conservadas as devidas proporções, pode-se propor a tese de que existem os eixos de desenvolvimento como sendo as rodovias ligando pólos regionais, como é o caso da ligação entre Cascavel e Foz do Iguaçu. Ainda em nível regional, essa ligação pode exercer as mesmas funções que exercem eixos como o Rio–São Paulo em nível nacional.

Neste trabalho, considera-se o eixo como o trecho às margens da BR-277, conforme pode ser visto no mapa 1, desde Cascavel até Foz do Iguaçu, na Região Oeste do Paraná, incluindo as cidades de Cascavel, Santa Tereza do Oeste, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Foz do Iguaçu. Há que se registrar que o Eixo Cascavel–Guaira, não contemplado neste trabalho, passando pelas cidades de Toledo, Maripá, Palotina, Terra Roxa e Guaira, constitui outro importante eixo da Região Oeste do Paraná e teve sua dinâmica econômica influenciada, também,

pelos mesmos fatores que influenciaram o Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu, todavia com diferente intensidade, principalmente em função de sua extremidade Oeste (representada, particularmente, por Guaira) ter sofrido impactos totalmente diferentes de Foz do Iguaçu, em virtude da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

MAPA 1 - EIXO CASCAVEL–FOZ DO IGUAÇU (EIXO B) E OUTRAS LIGAÇÕES RODOVIÁRIAS IMPORTANTES



FONTE: Editado pelo autor com base no mapa digitalizado por GEOLAB Unioeste *Campus Cascavel*

Considerando que um eixo é mais que uma estrada: é um canal por onde se propagam os preços, os fluxos e as antecipações, conforme afirma Perroux (1970), pode-se dizer que a ligação rodoviária existente entre Cascavel e Foz do Iguaçu não é apenas uma estrada, mas também um canal por onde convergem interesses econômicos regionais nos dois sentidos, bem como no sentido de outras regiões do Estado do Paraná e dos países vizinhos (Paraguai e Argentina). Além disso, trata-se de um caminho que liga dois pólos, o que, segundo Perroux (1970), caracteriza um eixo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA AGRICULTURA

A modernização tecnológica da agricultura constituiu-se no fator exógeno com maior alcance na Região Oeste do Paraná e, por extensão, no Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu, além de ser o primeiro a ocorrer e a impactar sobre a região. A modernização tecnológica da agricultura, no Brasil, foi a responsável pela mecanização das terras, pela introdução de insumos modernos (como adubação química, herbicidas, fungicidas e pesticidas), pelo uso de máquinas e equipamentos (como tratores, arados, plantadeiras e colheitadeiras) e pela utilização de crédito subsidiado pelo Governo Federal. Também ocasionou uma forte concentração fundiária, migrações rurais, problemas ambientais e outras transformações na realidade regional. Segundo Godoy (2000, p. 1),

No final dos anos 60 e começo dos anos 70, ocorreu a disseminação do novo modelo agrícola cujos efeitos econômicos fizeram com que fosse conhecido como Revolução Verde. O modelo, baseado na produção de grãos, soja e trigo mais especificamente, acenava com a elevação da produtividade através das sementes melhoradas, cuja utilização estava atrelada ao uso de máquinas pesadas, implementos e insumos químicos. Se, por um lado, o Paraná tornou-se o maior produtor de soja e trigo e passou a ser um dos maiores exportadores, por outro, houve sérias conseqüências sociais e ambientais vinculadas à nova forma de produzir.

A modernização tecnológica da agricultura se consolidou com o binômio soja/trigo. Na Região Oeste do Paraná, foi incorporada a cultura do milho, que é um dos seus principais produtos agrícolas, promovendo um aumento considerável na produção e na produtividade dessas culturas. Foi a responsável pela redução do número de propriedades rurais, principalmente as pequenas, e pela diminuição da população dos municípios da região, com exceção de Cascavel e Foz do Iguaçu, que se transformaram nos dois maiores centros urbanos regionais, conforme pode ser visto na tabela 1.

Foram decisivas para ampla aceitação pelos proprietários rurais as políticas agrícolas do Governo Federal, especialmente o crédito agrícola (para investimento, custeio e comercialização), que era fortemente subsidiado; o apoio do setor público agrícola (pesquisa e extensão); além do comportamento dos preços internacionais dessas *commodities*. Por outro lado, aspectos de solo e relevo atuaram como facilitadores ou limitadores do processo.

TABELA 1 - POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EIXO CASCAVEL–FOZ DO IGUAÇU, SEGUNDO O IBGE - 1960/2000

MUNICÍPIO	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Cascavel	39 598	89 921	163 459	193 010	219 652	245 066
Santa Tereza do Oeste	-			6 118	10 406	10 734
Céu Azul	-	23 219	25 444	10 586	10 440	10 442
Matelândia	-	24 561	33 426	17 329	13 828	14 344
Medianeira	-	31 142	49 361	38 665	40 149	37 800
São Miguel do Iguaçu	-	25 222	34 247	24 721	23 169	24 314
Santa Terezinha de Itaipu	-	-	-	14 449	16 690	18 361
Foz do Iguaçu	28 212	33 966	136 321	190 123	231 627	258 368
Total do Eixo	67 810	228 031	442 258	495 001	565 961	619 429
Total da Região Oeste	135 677	752 775	960 775	1 016 481	1 074 309	1 132 801

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

ASPECTOS DE SOLO E RELEVO

Os aspectos de solo e de relevo, que influenciam a modernização tecnológica da agricultura, mostram grande variação na região e em relação ao eixo. De maneira geral, a região não apresenta maiores dificuldades com relação ao solo, que é de boa qualidade e adequado ao cultivo de grãos. A exceção é representada por algumas manchas de Arenito Caiuá, localizadas na divisa com a Região Noroeste do Estado. Já o relevo merece ser melhor observado.

Nos municípios do Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu, observa-se maior concentração de terras com relevo acidentado onde não predominam os aspectos da mecanização agrícola. Nessas partes de relevo acidentado, a modernização tecnológica da agricultura influenciou de maneira pouco significativa, predominando as pequenas propriedades, com parte mecanizada e parte trabalhada por mão-de-obra familiar, conjuntamente com grandes propriedades destinadas a pastagens extensivas.

Uma análise, ainda que rápida, do relevo em relação ao Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu permite observar que, de um lado, ele está cercado pelo Parque Nacional do Iguaçu, que, sendo área de preservação ambiental, não pode ser utilizado para cultivo. Do outro lado, estão as terras de relevo acidentado, impróprias para a mecanização. Isso mostra os claros limites desse fator exógeno em relação ao eixo. Restam os espaços localizados próximos a Foz do Iguaçu e a Cascavel, nas duas extremidades, adequados ao processo em termos de relevo e de solo.

O CRÉDITO SUBSIDIADO PARA A AGRICULTURA

O crédito agrícola, incentivado a partir de 1965, foi decisivo para a mecanização das terras na região e a adoção de culturas temporárias. Na época, os agricultores não tinham como adquirir máquinas nem como financiar sua produção. O crédito subsidiado pelo Governo foi um fator diferencial fundamental na opção do agricultor pela mecanização agrícola, possibilitando, ainda, a formação das cooperativas de produtores

agrícolas. Estas, ao lado de uma garantia de comercialização da produção e de uma política de preços mínimos, motivou os produtores a investir nas culturas temporárias, como milho, soja e trigo (MELLOS, 1988).

A partir de 1990, com o fim do subsídio ao crédito e à cultura do trigo, somado aos acordos comerciais feitos pelo Brasil, promovidos pela abertura da economia e pelo Mercosul, essa cultura praticamente desapareceu da região. Os municípios ao longo do eixo sofreram menos o impacto dessas medidas que o conjunto de municípios da região.

A modernização da agricultura foi um fator exógeno que trouxe vantagens e desvantagens para a região e para os municípios do eixo. As desvantagens principais foram os impactos ambientais, inevitáveis no processo, e o êxodo rural, da mesma forma inevitável, uma vez que a modernização agrícola é altamente poupadora de mão-de-obra. As grandes vantagens foram a melhoria da produtividade e o aumento da produção, aliados à introdução da atividade criatória de animais, como frango e suínos, que possibilitaram o desenvolvimento da agroindustrialização na região, privilegiando seu conjunto de municípios e o Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu.

AS LIGAÇÕES RODOVIÁRIAS, A PAVIMENTAÇÃO DA BR-277 E A CONSTRUÇÃO DA PONTE LIGANDO FOZ DO IGUAÇU AO PARAGUAI

Algumas das ligações rodoviárias atuais tiveram sua origem nas trilhas deixadas pelos ervateiros – exploradores da erva-mate e da madeira existentes na região –, entre as décadas de 1870 e de 1940. A partir dos anos de 1940, com o início da colonização, elas se transformaram em ligações rodoviárias. Suas pavimentações e as construções das pontes ligando Foz do Iguaçu ao Paraguai e à Argentina, obras de infra-estrutura essenciais para o crescimento do Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu e da região, estiveram ligadas a fatores considerados exógenos.

A pavimentação da BR-277 e a construção da Ponte da Amizade foram consequência de um fator exógeno, constituído pelo fortalecimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o Paraguai, prejudicadas pelos episódios da Guerra do Paraguai, também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, que durou de 1864 a 1870. A ligação com o Oceano Atlântico era uma aspiração do Paraguai desde o século XVI. A relação entre o Brasil e o Paraguai, desde o fim dessa guerra até a década de 1960, ressentia-se dos fatos ocorridos durante o conflito.

Como resultado e consolidação do fortalecimento das relações bilaterais entre Brasil e Paraguai, foi inaugurada, em 27 de março de 1965, sobre o Rio Paraná, a Ponte da Amizade, com uma extensão de 554 metros, ligando Foz do Iguaçu, no Brasil, a Ciudad del Este, no Paraguai. A Ponte da Amizade foi o primeiro passo para a ligação do Paraguai com o Oceano Atlântico, concretizada com a inauguração da pavimentação da BR-277, em 27 de março de 1969.

A BR-277 liga Foz do Iguaçu ao Porto de Paranaguá. Constituía-se, segundo Monteiro (2000), quando inaugurada, na principal, mais larga e mais extensa ligação rodoviária que cortava o Estado do Paraná, numa extensão de, aproximadamente,

772 km, de Leste a Oeste. Essa estrada pavimentada permitiu a ligação rodoviária de Assunção a Paranaguá. Segundo Monteiro (2000, p.26), no dia da inauguração:

Os presidentes emitiram uma declaração conjunta que, além de reafirmar os laços de amizade e cooperação econômica entre os dois países, anunciava alguns compromissos. Entre outros, destacavam-se: o oferecimento da Eletrobrás para prestar assistência financeira à Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguai, que fora criada em 12 de fevereiro de 1967, para estudar o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, implementando o que ficara acertado na Ata de Iguazu.

Esses acontecimentos tiveram os seguintes desdobramentos: para o Paraguai, concretizaram o sonho da ligação rodoviária com o Oceano Atlântico, facilitando seu comércio exterior. Para o Brasil, representaram o fortalecimento de relações comerciais e de interesses estratégicos e econômicos com o Paraguai. Para a Região Oeste do Paraná, significaram: a pavimentação de seu primeiro trecho rodoviário, ligando Cascavel a Foz do Iguazu e ligando este, por via rodoviária, ao Paraguai; inseriram esse eixo no eixo maior Assunção–Foz do Iguazu–Curitiba–Paranaguá.

O fortalecimento das relações comerciais do Brasil com o Paraguai e a conseqüente construção da Ponte da Amizade e pavimentação da BR-277 foram fatores exógenos que exerceram forte influência sobre a dinâmica econômica do eixo. Por uma decisão do Governo Federal, incentivada pelos militares, que planejavam a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, esse eixo foi favorecido pelos investimentos nas duas obras e pelos encadeamentos que possibilitaram em sua extensão e ao seu entorno, uma vez que o Paraguai concentrou suas relações com o resto do mundo através da ligação Assunção–Foz do Iguazu–Curitiba–Paranaguá. A partir desses acontecimentos, Foz do Iguazu e a Região de Fronteira passaram a ser local de intensas intervenções governamentais por parte do Governo Federal. A pavimentação da BR-277, entre Cascavel e Foz do Iguazu, foi feita pelo Governo Federal, em um curto espaço de tempo, representando um fator totalmente exógeno à região.

A PONTE TANCREDO NEVES - LIGAÇÃO ENTRE FOZ DO IGUAÇU E ARGENTINA

A ligação de Foz do Iguazu com Porto Iguazu, na Argentina, era feita por balsas que transportavam veículos e passageiros e por pequenas embarcações que levavam entre 10 e 12 passageiros. A ligação era feita por meio do Porto Meira, em Foz do Iguazu, pelo Rio Iguazu, e era a única forma de ligação direta entre o Brasil e a Argentina na tríplice fronteira.

Já a ligação rodoviária entre Foz do Iguazu e Porto Iguazu, numa extensão de 480 metros, ocorreu em 29 de novembro de 1985. Foi um marco na consolidação e no fortalecimento das relações diplomáticas e comerciais entre os dois países. Esse fato coincidiu com o início das negociações para a criação do Mercosul. As relações entre ambos os países haviam sido prejudicadas pela política de seus governos militares e pela associação do Brasil e do Paraguai para a construção de Itaipu. Portanto, um novo fator exógeno, constituído pelo fortalecimento das relações comerciais do Brasil com a Argentina, por conta de novos tempos nas relações internacionais, fruto da

globalização, beneficiou o Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu. Este tinha sido privilegiado pela construção da Ponte da Amizade, em 1965, e pela pavimentação da BR-277, concluída em 1969, por conta de um fortalecimento das relações comerciais e diplomáticas com o Paraguai. Em 1985, tem-se a ligação com a Argentina favorecida pela construção da Ponte Tancredo Neves e pela construção de uma aduana com uma das melhores infra-estruturas do Sul do País.

A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

A construção de Itaipu foi resultado de uma conjugação de fatores. Primeiro, a visão estratégica e de longo prazo dos governos militares do Brasil. Segundo, a capacidade da diplomacia brasileira, que negociou um acordo com o Paraguai e com a Argentina. Embora nenhum acordo tenha sido assinado com a Argentina antes do início da construção, as relações do Brasil com esse país mantiveram-se num estágio que permitiu o acordo com o Paraguai e o início das obras. Terceiro, o potencial hidrelétrico do Rio Paraná, que permitiu transformar as proximidades de Foz do Iguaçu na maior usina hidrelétrica do mundo, em produção de energia. Quarto, a capacidade técnica brasileira na construção de barragens e na montagem de unidades geradoras de energia em grande escala. E, por último, a demanda de energia elétrica por parte da região industrializada do Brasil – que compreende a Região Metropolitana de São Paulo.

A consolidação do processo de industrialização fazia parte da estratégia desenvolvimentista do Brasil, resultado da política dos governos militares, através de seus planos, como o I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), por exemplo. Para Foz do Iguaçu e para o eixo, esses fatores, com exceção do potencial hidrelétrico do Rio Paraná, podem ser caracterizados como exógenos.

O início das obras civis da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em 1975, representou um marco na alteração do comportamento do eixo. O crescimento populacional iniciado naquele ano em Foz do Iguaçu e continuado nas décadas seguintes acelerou o processo de urbanização dos municípios que o compõem. Primeiro, elevou a população de Foz do Iguaçu de 33.966 habitantes, em 1970, para 136.321, em 1980, e 190.123, em 1991, atingindo, em 2000, uma população de 258.368 habitantes. Segundo, forçou o Governo Federal a realizar grandes investimentos, principalmente em infra-estrutura, na cidade de Foz do Iguaçu. Isso porque a cidade não tinha a mínima condição de oferecer infra-estrutura de educação, habitação, saúde, energia, telecomunicações e transportes ao contingente de população que para lá migrou nem para as necessidades da Itaipu Binacional. Terceiro, a atração de um grande contingente populacional atraiu também capitais e fez surgir uma série de novos empreendimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, aumentando o nível de geração de renda, de tributos e de consumo.

Com a construção de Itaipu, o Governo Federal utilizou uma política keynesiana. Os reflexos dos investimentos diretos e indiretos na sua construção, sobre o crescimento da renda, foram sentidos em vários segmentos da economia nacional. Segundo Monteiro (2000), a construção de Itaipu foi o único grande investimento do Governo Federal que não sofreu interrupção, independentemente da conjuntura nacional ou internacional,

durante sua execução. Sobre Foz do Iguaçu e o eixo, os reflexos foram sentidos com muita intensidade, pois transformaram a dinâmica econômica não só de Foz do Iguaçu como também de toda a sua extensão e entorno.

A construção da hidrelétrica promoveu um intenso incremento da população e da renda em Foz do Iguaçu. Seus efeitos foram percebidos em toda a região. O dinamismo estendeu-se para outras cidades, cabendo a Cascavel aproveitar melhor esse efeito. Cascavel, como era o mais importante centro urbano e comercial da região, foi o principal fornecedor regional de bens e serviços para Foz do Iguaçu desde o início da construção. Seus reflexos foram sentidos com menor intensidade, também, no restante da região. Para a execução das obras civis de Itaipu formaram-se dois consórcios de empresas construtoras: a União de Construtoras Ltda. (Unicon), constituída pela união das cinco maiores construtoras brasileiras, e a Empresas Construtoras Paraguaiaes SRL (Conempa), composta por seis construtoras paraguaiaes.

Os trabalhadores, empregados na construção, não eram todos brasileiros, uma vez que se tratava de uma empresa binacional, construída por dois consórcios de construtoras dos dois países. Todavia, dada a atividade intensa na fronteira, o dinamismo promovido pela massa de renda – oriunda, principalmente, dos salários pagos pelos consórcios de construtoras aos trabalhadores do Paraguai – refletiu-se, mais significativamente, na economia de Foz do Iguaçu. Isso porque gerou maior demanda por produtos industrializados no Brasil, exportados para o Paraguai através da Região Exportadora de Foz do Iguaçu, formada pelo Jardim Jupira e pela Vila Portes.

A partir de 1983, diminuiu o ritmo da construção de Itaipu, em face da aproximação de seu término, reduzindo seu efeito direto sobre a geração de renda e de demanda na fronteira. No entanto, nesse período, Foz do Iguaçu havia se tornado um centro urbano com uma dinâmica que lhe permitia criar outras alternativas de geração de renda. Por exemplo, o surgimento do turismo de compras em Ciudad del Este foi um fator exógeno que sucedeu a construção da hidrelétrica como um dos acontecimentos dinamizadores da fronteira e, por extensão, do eixo.

Itaipu tem suas unidades geradoras localizadas em Foz do Iguaçu; contudo, o reservatório, à sua esquerda, está localizado em 15 municípios paranaenses, os chamados municípios lindeiros. Sobre esses municípios, os reflexos foram sentidos de duas formas. Primeiro, houve o efeito negativo proporcionado pelas desapropriações das terras destinadas à formação do reservatório e à proteção ambiental, no início da década de 1980. As terras desapropriadas eram consideradas as mais férteis da região, ocupadas, principalmente, por pequenas propriedades. Nos municípios que compõem o eixo, foram desapropriados 339,25 km², o que equivale a 33.925 hectares.

Com a desapropriação das terras, ocorreu um processo de redução da população dos municípios atingidos. Ao mesmo tempo em que diminuiu a população, reduzindo, conseqüentemente, o dinamismo de suas áreas urbanas, decresceu, ainda, sua produção agropecuária. Há que se destacar que a redução do contingente populacional não foi responsabilidade exclusiva da formação do reservatório e das desapropriações. A modernização da agricultura, em curso na época, foi a principal responsável pelo decréscimo populacional de todos os municípios da região, com exceção de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu.

Segundo, houve um efeito positivo, representado pelo pagamento dos *royalties*, iniciados em 1991. Estes, após a promulgação da Constituição de 1988 e de intensa pressão das classes política e empresarial do Paraná, destinaram-se aos municípios lindeiros, como uma forma de compensação pelas perdas proporcionadas pela desapropriação de terras produtivas e pela perda de população. Conforme a Itaipu Binacional:

Os *royalties* são uma compensação financeira aos governos do Brasil e do Paraguai pela utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná. Seu pagamento está previsto pelo Tratado de Itaipu em seu Anexo C (que dispõe sobre as bases financeiras e de prestação de serviços de eletricidade) e, do lado brasileiro, por legislação à parte regulamentada após a Constituição de 1988, que determina sua redistribuição aos Estados, municípios e órgãos federais. Os critérios para a distribuição dos *royalties*, no Brasil, foram estabelecidos pelo Decreto Federal n.º 1, de 11 de janeiro de 1991, também conhecido como Lei dos *Royalties*. (www.itaipu.gov.br/dfport/royalties.htm).

Para se entender melhor os efeitos da distribuição dos *royalties*, a tabela 2 mostra os *royalties per capita* no ano 2000.

TABELA 2 - REPASSE DE ROYALTIES PER CAPITA AOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - 2000

MUNICÍPIO	ROYALTIES RECEBIDOS (US\$ 1,00)	POPULAÇÃO	ROYALTIES PER CAPITA (US\$ 1,00)
Santa Helena	18 887 600	20 487	921,93
Foz do Iguaçu	14 453 500	258 368	55,94
Itaipulândia	12 712 900	6 831	1 861,06
São Miguel do Iguaçu	6 667 300	24 314	274,22
Marechal Cândido Rondon	4 099 900	41 014	99,96
Guairá	3 652 800	28 663	127,44
Pato Bragado	3 329 400	4 051	821,87
Santa Terezinha de Itaipu	3 000 400	18 361	163,41
Missal	2 869 400	10 435	274,98
Entre Rios do Oeste	2 327 100	3 330	698,83
Mercedes	1 366 600	4 605	296,76
Diamante do Oeste	402 400	4 878	82,49
São José das Palmeiras	138 900	4 109	33,80
Terra Roxa	113 100	16 291	6,94
Medianeira	83 100	37 800	2,20
TOTAL	74 104 400	483 537	153,25

FONTES: IBGE - Censo Demográfico, Itaipu Binacional

NOTA: Dados elaborados pelos autores.

Analisando a tabela, percebe-se que os *royalties* impactam de forma diferenciada sobre as populações e as administrações desses municípios paranaenses. Enquanto Foz do Iguaçu recebeu, em 2000, o equivalente a US\$ 55,94 *per capita* de *royalties*, Guairá recebeu o equivalente a US\$ 127,44 – teoricamente, os dois municípios herdeiros dos maiores problemas da construção da usina e da formação do reservatório –,

Entre Rios do Oeste recebeu o equivalente a US\$ 698,83 *per capita*; Pato Bragado, o equivalente a US\$ 821,87 *per capita*; Santa Helena, o equivalente a US\$ 921,93 *per capita*; e Itaipulândia, o equivalente a US\$ 1.861,06 *per capita*. Pode-se dizer que, em Itaipulândia, no ano 2000, recebeu-se mensalmente, em média, o equivalente a US\$ 155,09 por habitante, sem que fosse preciso nenhum habitante sair de sua casa para fazer alguma atividade.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu impactou sobre toda a Região Oeste do Paraná. Com relação ao Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu, esses impactos foram positivos ao longo de todo o eixo. Promoveram o crescimento de Foz do Iguaçu, favoreceram Cascavel, na outra extremidade, por ser o maior centro de serviços da região, e dinamizaram o interior do eixo. Ao dinamizar Cascavel, também promoveu encadeamentos positivos em outras partes da região.

Um aspecto negativo da construção de Itaipu foi o problema social criado a partir do incremento urbano desordenado pelo qual passou Foz do Iguaçu. Na construção, eram empregados muitos trabalhadores com baixo nível de escolaridade e baixo nível de qualificação profissional. Com o fim das obras, os chamados “barrageiros” – trabalhadores especializados na construção de barragens – migraram para outras regiões. Um grande contingente de trabalhadores, principalmente aqueles com menor qualificação profissional, mesmo para trabalhar em barragens, permaneceu residindo em Foz do Iguaçu com suas famílias. Os municípios lindeiros, com exceção de Foz do Iguaçu, que também é considerado lindeiro, tiveram perda de população e de área agricultável, somadas à perda de dinamismo no setor urbano. Todavia, não herdaram problemas sociais tão expressivos como Foz do Iguaçu. A exceção fica por conta de alguns municípios ao longo do eixo, como Medianeira, por exemplo, para onde migraram algumas dessas famílias após o término das obras de Itaipu.

Em resumo, pode-se dizer que a construção de Itaipu gerou impactos no Brasil e no Paraguai. No que se refere à Região Oeste do Paraná, ajudou na transformação de parte de sua dinâmica, principalmente porque ocorreu paralelamente a outro fator exógeno decisivo para a região: a modernização da agricultura. Enquanto as obras civis de Itaipu atraíam mão-de-obra e população para Foz do Iguaçu, a modernização tecnológica da agricultura liberava mão-de-obra. Um grande contingente dessa mão-de-obra migrou para Cascavel e Foz do Iguaçu. Cascavel, como uma das extremidades do eixo e como o grande centro de serviços da região, teve sua dinâmica econômica favorecida pela construção da hidrelétrica, uma vez que esta dinamizou todo o eixo, criando, conseqüentemente, maior demanda para Cascavel.

A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E O SURGIMENTO DO TURISMO DE COMPRAS EM CIUDAD DEL ESTE, NO PARAGUAI

Segundo Modiano e Carneiro (1989, p.321), “...em meados de 1980 foram sentidos os primeiros sinais da escassez de financiamento externo. A dificuldade de renovação de empréstimos evidenciava que já não havia disposição dos credores internacionais para financiar um ajuste sem pesados custos internos no curto prazo”. Em virtude desses fatores, foi imposto um sistema de controle de importações, impedindo

que importações de bens, especialmente não essenciais, fossem um agravante à situação já delicada das contas externas.

Para Modiano e Carneiro (1990, p.324): "A política macroeconômica que prevaleceu em 1981 e 1982 foi basicamente direcionada para a redução das necessidades de divisas estrangeiras, através do controle da absorção interna". Como o Brasil possuía uma distribuição de renda desigual, mesmo nos momentos de crise existia, para as classes de maior poder aquisitivo, demanda por produtos importados. Para impedir o consumo de produtos importados dessas classes sociais, o Governo impôs um controle de importações com pesadas alíquotas, inibindo, assim, o consumo de produtos importados formalmente. Com isso, os comerciantes, instalados no vizinho Paraguai, criaram uma válvula de escape para o fornecimento de bens de consumo importados para os brasileiros.

Como Foz do Iguaçu é uma cidade turística, com suas belezas naturais – Parque Nacional e Cataratas do Iguaçu – e belezas artificiais – como a Usina Hidrelétrica de Itaipu –, o fluxo de turistas estrangeiros era significativo e trazia as divisas necessárias para o pagamento das importações, em sua maioria clandestinas, efetuadas no Paraguai, uma vez que a moeda preferida em Ciudad del Este foi sempre o dólar americano, moeda na qual são nominados os preços.

A partir do início da década de 1980, enquanto os turistas estrangeiros visitavam Foz do Iguaçu para conhecer seus pontos turísticos, os turistas brasileiros passaram a visitá-la com a finalidade principal de fazer compras no Paraguai e, em menor grau, na Argentina. Daí o surgimento dos "sacoleiros", que compravam mercadorias no Paraguai e, com menor intensidade, na Argentina, para revender em quase todas as regiões do Brasil, principalmente Sul e Sudeste.

Além do comércio com o Paraguai, representado por produtos importados do resto do mundo, desenvolveu-se também, em Foz do Iguaçu, um representativo comércio com Porto Iguazu, na Argentina. Os produtos comercializados na Argentina eram produzidos no próprio país, sendo, na sua grande maioria, de origem agroindustrial. No Paraguai, os produtos eram, em sua totalidade, importados do resto do mundo. Esses produtos, não disponíveis no Brasil, eram os mais procurados pelos "sacoleiros". Além de hospedar estes e os turistas com intenção de fazer compras no Paraguai e na Argentina, Foz do Iguaçu já tinha se consolidado como um grande centro exportador de produtos brasileiros para esses dois países. Os produtos industrializados, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, eram trazidos até as empresas exportadoras de Foz do Iguaçu. A partir destas, eram exportados para esses países, principalmente para o Paraguai.

Esse processo se deu com o surgimento da chamada Região Exportadora, onde se concentravam as exportadoras de Foz do Iguaçu. Enquanto os brasileiros compravam ilegalmente no Paraguai e na Argentina – uma vez que raramente se respeitava a cota imposta pelo Brasil –, os paraguaios e os argentinos faziam o mesmo nas exportadoras brasileiras. Assim, surgiu em Foz do Iguaçu – especialmente na região da Ponte da Amizade – o "comércio formiguinha", termo vulgar e, de certa maneira, pejorativo, que denominava o transporte de mercadorias de um lado para outro, de

forma fracionada, para fugir aos controles das respectivas alfândegas. Essa situação perdurou durante as décadas de 1970 e 1980. Na década de 1990, com os adventos do Mercosul, da abertura da economia e do Plano Real, no Brasil, conforme será discutido adiante, Foz do Iguaçu e a região de fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai, passaram a viver uma situação totalmente adversa à das duas décadas anteriores.

O surgimento do turismo de compras em Ciudad del Este foi favorecido pelas atrações turísticas de Foz do Iguaçu. O maior fluxo de turistas, com o conseqüente derrame de dólares, e o fato de Ciudad del Este estar no Eixo Assunção–Foz do Iguaçu–Curitiba–Paranaguá, considerando que do Porto de Paranaguá vem uma quantidade significativa das mercadorias comercializadas em Ciudad del Este, explicam, em parte, o desenvolvimento desse comércio. Segundo Rolim (1993, p.84),

Para certos aspectos de algumas dessas questões, como, por exemplo, a trabalhista e a relativa aos mercados financeiros, o Estado do Paraná tem dentro dos seus limites um laboratório de observação: Foz do Iguaçu. Durante a construção de Itaipu aconteceram alianças entre os sindicatos de barrageiros brasileiros e paraguaios que conseguiram grandes conquistas frente à ditadura de Stroessner. Conquistas que, depois de muitas lutas, acabaram generalizando-se no Paraguai. Também lá funciona um ativo mercado de divisas com grande circulação de, pelo menos, quatro moedas [grifo nosso].

O Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu obteve significativos ganhos com o turismo de compras, posteriormente transformado na atividade dos “sacoleiros”. Esta fez surgir, ao longo do eixo, uma série de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços (postos de combustíveis, hotéis, restaurantes, oficinas mecânicas, empresas de transportes) que, ao findar o dinamismo dessa atividade, praticamente desapareceram. Embora essas atividades, desenvolvidas ao longo do eixo, tenham dinamizado as cidades do eixo que estão entre Cascavel e Foz do Iguaçu, enquanto era significativo o volume desse comércio, não criaram condições para o crescimento duradouro dessas cidades. Isso foi importante, entretanto incapaz de criar impactos permanentes. Assim sendo, os maiores ganhos foram para Foz do Iguaçu e Cascavel.

Com essa atividade, surgiu um novo profissional na região, especialmente nas cidades ao longo do eixo, iniciando em Céu Azul e terminando em Foz do Iguaçu, vulgarmente denominado de “laranja”. Essas pessoas amanheciam e, em número reduzido, ainda amanhecem o dia às margens da BR-277 aguardando os ônibus de “turismo”, lotados de sacoleiros, estes ajudados pelos “laranjas” a fazerem a travessia das mercadorias na Ponte da Amizade e na alfândega da Receita Federal, entre as cidades de Medianeira e São Miguel do Iguaçu. Muitos trabalham diretamente na região da Ponte da Amizade. O turismo de compras, transformado na atividade dos sacoleiros, sem aqui discutir possíveis prejuízos fiscais para o País e de emprego para o conjunto dos trabalhadores brasileiros, foi gerador de empregos, de renda e de dinamismo, especialmente para o eixo. Essa atividade constituiu um fator exógeno cujos reflexos sobre Foz do Iguaçu, Cascavel e o eixo foram muito intensos, durando do início da década de 1980 até o início do Plano Real.

Em visita a Foz do Iguaçu, em 11 de outubro de 2001, conversando com populares e comerciantes de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, chamou a atenção a

preocupação de algumas pessoas que afirmaram que enquanto era dinâmica a atividade dos sacoleiros, Foz do Iguaçu voltou-se para atendê-los, diminuindo a atenção ao turismo. Muitos acreditam que a redução da atividade dos sacoleiros fará a cidade sofrer. Quando se perguntou a comerciantes de Foz do Iguaçu e de Ciudad del Este sobre a possibilidade da volta do turismo de compras em substituição à atividade dos sacoleiros, uma das respostas obtidas foi que a estrutura montada em Ciudad del Este não sobrevive somente com o turismo de compras. Sem os sacoleiros, não há como Ciudad del Este sobreviver.

O turismo de compras foi se intensificando em Ciudad del Este à medida que foi aumentando a infra-estrutura turística de Foz do Iguaçu e o número de turistas na fronteira. A partir de 1982, o que era turismo de compras se transformou na atividade dos sacoleiros. Não se defende neste trabalho essa atividade, mesmo porque ela é uma atividade ilegal, pois dificilmente se respeitavam as cotas máximas de compras estabelecidas pelo Brasil. Todavia, reconhece-se que, à medida que ela foi se intensificando, favorecida pela política econômica tanto do Brasil quanto da Argentina e do Paraguai, foi sendo criada uma estrutura na fronteira para atendê-la. É essa estrutura que não terá como se manter sem os sacoleiros. Conseqüentemente, trará, no curto prazo, prejuízos à tríplice fronteira. Para que a região da tríplice fronteira mantenha seu dinamismo, considerando que ela não pode ser pensada exclusivamente por um dos três países, mas sim por Brasil, Argentina e Paraguai, poderá haver, num curto espaço de tempo, a necessidade de uma completa reconversão produtiva no sentido de continuar aproveitando a infra-estrutura montada.

A INFLUÊNCIA DA ABERTURA COMERCIAL E DO MERCOSUL SOBRE A DINÂMICA DO EIXO

A abertura comercial e o Mercosul são dois fatores exógenos, não concluídos, que influenciam a dinâmica do Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu. Enquanto a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e o turismo de compras dinamizaram o eixo, a abertura comercial e o Mercosul, reforçados em 1994 pela implantação do Plano Real, discutido a seguir, que alterou a dinâmica comercial da fronteira, impactaram de forma negativa sobre o eixo.

O MERCOSUL – MERCADO COMUM DO SUL

Desde a assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, o Mercosul tem se constituído mais em um acordo de redução de tarifas do que em uma área de mercado comum, sem restrições tarifárias com a livre-circulação de mercadorias, serviços e fatores produtivos, segundo Rolim (1993). Contudo, a expectativa gerada em torno de sua criação era totalmente diferente. Esperava-se que iria beneficiar todo o País. Segundo Rolim (1994, p.77), "A retórica presente nos discursos políticos dos presidentes desses países (no caso brasileiro era a retórica do Governo Collor) indicava que, com a integração dos países, haveria a ampliação dos mercados, de tal sorte que todos sairiam beneficiados, e os consumidores teriam mais bens à disposição e a preços reduzidos".

Quando os especialistas começaram a estudar a situação, chegaram à conclusão de que a maior parte dos benefícios gerados seria direcionada àquelas regiões do País que tinham participação no comércio internacional e cuja estrutura industrial estava preparada para conquistar um novo mercado. O Mercosul, assim sendo, não teria, por si só, condições de inserir novas regiões ou novas empresas no comércio internacional, mesmo que intra-Mercosul. Nessa situação, estava a Região Oeste do Paraná. As empresas instaladas na região que já participavam do comércio internacional continuaram a participar com o advento do Mercosul e, em alguns casos, até abriram novos mercados dentro dos países-membros. As empresas que estavam fora do comércio internacional continuaram com as mesmas dificuldades enfrentadas anteriormente. Nesse sentido, para Rolim (1993, p.84),

...há que considerar que aquelas empresas que hoje já atuam no mercado nacional não terão grandes dificuldades para atuar nesse mercado ampliado, ou seja, uma empresa cearense que consiga vender seus produtos em Porto Alegre não terá muitas dificuldades para colocá-los em Buenos Aires. Mesmo assim, o processo todo é preocupante, pois a questão que se coloca sempre é que se muitas das regiões brasileiras não conseguem viabilizar-se nas atuais circunstâncias, com o Mercosul a situação será ainda mais difícil.

Os acordos do Mercosul atuaram como facilitadores diretos das trocas entre empresas produtoras sediadas nas regiões industrializadas do Brasil e empresas comerciais sediadas preferencialmente em Assunção, em Ciudad del Este e na Região Metropolitana de Buenos Aires. Com isso, houve um esvaziamento da Região Exportadora da Vila Portes. O comércio, de forma fracionada entre essa região e os países vizinhos, foi substituído por importadoras dentro do Paraguai e da Argentina. Ou seja, ocorreu uma profissionalização do fornecimento de mercadorias produzidas nas regiões industrializadas do Brasil e nesses mercados. Rolim (1993, p.84-85) tinha previsto algo parecido com isso quando afirmou:

...Foz do Iguaçu, embora seja de certa forma um enclave na região, é uma cidade internacional funcionalmente vinculada à escala de metropolização da economia brasileira. Embora o Mercosul possa vir a ser um elemento desestabilizador para a cidade na medida em que grande parte do seu dinamismo não resistiria a uma abertura de fronteiras, ela sempre permanece como possibilidade para futuros arranjos. É uma cidade internacional, junto de uma das áreas de atividade agroindustrial mais dinâmicas do País. No entanto, ela não está nas rotas já estabelecidas do comércio Brasil-Argentina, o que faz com que, nas condições atuais, seja apenas uma alternativa.

Os impactos do esvaziamento da Região da Vila Portes e do Jardim Jupira não foram sentidos de forma tão avassaladora no conjunto da economia de Foz do Iguaçu porque o câmbio, valorizado no início do Plano Real, intensificou o comércio de mercadorias importadas do Paraguai para o Brasil. Dessa forma, até o final do ano de 1996, os impactos sobre Foz do Iguaçu e o eixo foram amenizados pela atividade dos sacoleiros.

De 1991 até 1998, os acontecimentos ligados ao Mercosul e ao Plano Real representavam ser os responsáveis diretos pelas mudanças no cenário da fronteira, com seus reflexos sobre o eixo. Havia a impressão de que, com a criação do Mercosul,

seria favorecida a comercialização direta de produtos industrializados entre as indústrias brasileiras e os comerciantes paraguaios, especialmente importadores. Assim, não haveria mais espaço para o “comércio formiguinha” existente na região da Ponte da Amizade. Ou seja, haveria uma sofisticação desse comércio, tornando-o, conseqüentemente, mais profissionalizado e legal. A partir de 1996, iniciou-se, por parte dos habitantes, dos comerciantes e das autoridades regionais, uma preocupação com o futuro do comércio da região de fronteira. Todavia, essa preocupação se referia somente ao comércio do Brasil para o Paraguai. Isso porque este foi o primeiro a sentir os efeitos da mudança de cenário. No início, não havia a preocupação com o comércio de importados do Brasil para o Paraguai.

Quando os agentes econômicos de Foz do Iguaçu e da região começaram a se preocupar em encontrar explicações para a crise que se iniciava, vivia-se o período de explosão do consumo de produtos importados do Paraguai, facilitada pelo câmbio valorizado, patrocinada pela política de câmbio fixo do Plano Real. Esse período compreendia, especialmente, a metade da década de 1990. Nesse período, não se conseguia enxergar o alcance do processo de abertura da economia brasileira sobre a fronteira, conforme será discutido a seguir.

A ABERTURA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Com a abertura da economia brasileira, iniciada em 1990, houve maior liberdade na indústria nacional – especialmente a indústria de eletroeletrônicos, instalada na Zona Franca de Manaus, que eram os produtos mais procurados por brasileiros, no Paraguai – para importar componentes. Com isso, inicialmente, os preços desses produtos fabricados no Brasil começaram a cair em razão da importação de componentes tecnologicamente mais avançados e a preços menores, diminuindo, conseqüentemente, o diferencial em relação aos seus equivalentes adquiridos no Paraguai. Num segundo momento, a partir da implantação do Plano Real e da fixação da taxa de câmbio, esse diferencial de preço passou a ficar mais significativo, pois a taxa cambial valorizada tornava o preço desses componentes importados ainda menor que o preço dos similares fabricados no Brasil. O diferencial de preço que existia para a compra no Paraguai reduziu-se e, em alguns casos, praticamente desapareceu. Sobre essa questão, cabe a citação de Pacheco (1998, p. 149-150):

A Zona Franca de Manaus concentra hoje praticamente toda produção final de bens de eletrônica de consumo do País, e respondia em 1985 por cerca de 12% do VTI de material elétrico e de comunicações. (...) a eletrônica de consumo é o principal segmento produtivo da ZFM, montado com base num amplo sistema de incentivos fiscais, que tem por base diferenciais de alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação, tanto para similares importados quanto para a produção nacional de outras regiões. Este sistema de incentivos viabilizou a instalação de um parque industrial significativo, deslocando a produção final de áudio e vídeo de São Paulo, que ainda concentra a parte mais importante da indústria de componentes, inclusive cinescópios, articulando-se neste sentido com a produção da ZFM pelo fornecimento de insumos e peças e sendo o principal destino da produção de bens finais. Contudo, à medida que esse sistema de incentivos mostrava-se progressivamente inadequado

para fazer frente à abertura comercial do País, foi sendo substituído por um **abrandamento dos critérios de nacionalização da produção**, primeiro através da introdução da sistemática do Processo Produtivo Básico, depois pela flexibilização do próprio PPB. Isto conduziu a um intenso processo de ajuste das empresas instaladas em Manaus, **que se refletiu no aumento de sua competitividade em preços com os produtos importados**, mas cujo custo foi, além da queda acentuada no emprego e na renda regional, **um significativo incremento do componente importado**, com repercussões negativas no encadeamento da indústria montadora com a produção de insumos em Manaus e em São Paulo. [Grifos nossos]

Com a equiparação de preços, os consumidores brasileiros passaram a preferir comprar produtos brasileiros, que possuíam garantia dos revendedores e assistência técnica. Além disso, os produtos nacionais podiam ser comprados a prazo. As compras a prazo foram favorecidas pela expansão do crédito direto ao consumidor – fornecido, principalmente, pelas grandes redes de varejo brasileiras – a partir do segundo semestre de 1994, por consequência do estancamento do processo inflacionário. Nesse período, começou a reversão definitiva em favor dos produtos fabricados no País. O comércio entre o Brasil e o Paraguai só se justificava porque, com a taxa de câmbio fixa e valorizada, o diferencial de taxa de câmbio ainda proporcionava vantagem para compras de alguns produtos no Paraguai. Entretanto, a partir de 1996, começou a perder sua intensidade e, com a flexibilização do câmbio, em janeiro de 1999, esse comércio foi praticamente inviabilizado. Com isso, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este viram, praticamente do dia para a noite, desaparecer seu dinamismo comercial. Esse evento prejudicou a dinâmica econômica ao longo do Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu.

A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL

Ao implantarem o Plano Real, em 1.º de julho de 1994, as autoridades econômicas fixaram a taxa de câmbio. Segundo Guimarães (1995), a política cambial que sustentou o Real – a nova moeda, valorizada – serviu como um grande artifício, semelhante ao congelamento de preços nos planos anteriores, para combater os aumentos de preços e impedir o crescimento da inflação.

A fixação da taxa cambial acabou refletindo positivamente no estabelecimento de uma nova dinâmica na economia de Foz do Iguaçu e da fronteira com o Paraguai e a Argentina. Também viabilizou o processo de importações de produtos comercializados no Paraguai, uma vez que a abertura da economia havia prejudicado essa atividade, pois aumentou a competitividade dos produtos fabricados no Brasil, em virtude das facilidades para a importação de máquinas, equipamentos, tecnologia e componentes. Assim, especialmente durante o segundo semestre de 1994 e até o final do ano de 1995, a atuação dos sacoleiros cresceu expressivamente, criando um fluxo de comércio entre várias regiões do Brasil com Ciudad del Este, no Paraguai, e, em menor grau, com Porto Iguazu, na Argentina, com intermediação de Foz do Iguaçu, que se tornava economicamente dinâmica junto com esse comércio. A tabela 3 mostra o total de turistas que visitaram Foz do Iguaçu, por ônibus, no período entre 1994 e 1998.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DE TURISMO - 1994-1998

ANO	PASSAGEIROS
1994	2 405 114
1995	2 368 029
1996	1 478 896
1997	1 185 080
1998	757 360

FONTE: FOZ DO IGUAÇU (1999)

Ao se analisar a tabela 3, percebe-se que, a partir de 1996, ocorreu uma drástica diminuição do número de visitantes a Foz do Iguaçu por ônibus de turismo.

A maior parte do turismo de compra efetuado pelos sacoleiros era feita através de ônibus de turismo. A tabela 4 mostra o número total de visitantes que Foz do Iguaçu recebeu no mesmo período, incluindo todos, tanto aqueles que chegavam à cidade por vias terrestres – com ônibus de turismo e de linha e carros de passeio – quanto os que chegavam por via aérea, e identificando, dentre o total de visitantes, aqueles que visitaram o Parque Nacional, onde estão as Cataratas do Iguaçu. Dentre os turistas que visitaram o Parque, há maior rigidez à diminuição. Ou seja, o número total de visitantes caiu em uma proporção muito superior ao número de visitantes do Parque Nacional. Isso significa que as alterações na conjuntura da fronteira refletiram com maior intensidade sobre os sacoleiros.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE VISITANTES EM FOZ DO IGUAÇU - 1994-1998

ANO	VISITANTES	
	Parque Nacional	Foz do Iguaçu
1994	970 000	4 200 000
1995	885 000	4 300 000
1996	830 255	3 000 000
1997	730 617	2 500 000
1998	726 667	2 000 000

FONTE: FOZ DO IGUAÇU (1999)

Observa-se, pela tabela 4, que a partir de 1996 iniciou-se a queda no número de visitantes em Foz do Iguaçu, caindo de 4,3 milhões, em 1995, para 3 milhões, em 1996; para 2,5 milhões, em 1997; e para 2 milhões, em 1998.

Com a flexibilização da taxa cambial, em janeiro de 1999, a procura por produtos do Paraguai sofreu um reflexo negativo. Com isso, inviabilizou-se ainda mais o turismo de compras, que já estava em crise desde 1996. Novamente, a alteração na taxa cambial brasileira refletiu de forma diferenciada na economia da fronteira. Ao mesmo

tempo, inviabilizou as importações brasileiras de produtos comercializados no Paraguai, pois tornou-as mais caras, uma vez que, em Ciudad del Este, os preços são nominados em dólar e poderiam viabilizar a exportação de produtos industrializados brasileiros para o Paraguai, via Foz do Iguaçu. Isso não ocorreu porque, conforme explicado anteriormente, o Mercosul facilitou o comércio direto das empresas produtoras brasileiras com os comerciantes domiciliados nos países importadores.

O turismo de compras e a atividade dos sacoleiros também diminuíram sua intensidade quando o Governo brasileiro impôs a cota máxima de US\$ 150,00 por pessoa, no ano de 1995. Atualmente, a cota máxima permanece nesse patamar, e a alfândega brasileira, na Ponte da Amizade, está cadastrando, por amostragem, as pessoas que cruzam a Ponte da Amizade e só permite que o "turista" cadastrado passe a fronteira com compras, dentro da cota, uma vez por mês. Se a fiscalização fizer cumprir essa nova determinação, a atividade dos sacoleiros diminuirá ainda mais. Restará, basicamente, o efetivo turismo de compras.

CONCLUSÃO

A dinâmica econômica do Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu foi influenciada por fatores exógenos ocorridos a partir da década de 1960. Esses fatores foram responsáveis diretos por alterações da ordem econômica, demográfica, social e geográfica da região e do eixo estudado. Nesse eixo, estão os dois maiores centros urbanos regionais – Cascavel e Foz do Iguaçu – onde, em 2000, viviam 44,4% da população regional.

Os impactos dos fatores exógenos considerados neste estudo foram sentidos ao longo das últimas quatro décadas, e alguns deles, como o surgimento do Mercosul, a abertura da economia e a implantação do Plano Real, são processos em andamento. Alguns impactos sentidos neste momento podem estar cobertos por uma "cortina de fumaça" que não permite, ainda, enxergar e entender o alcance de suas conseqüências. Os outros são fatores consolidados cujos impactos são mais facilmente identificados e já foram discutidos neste trabalho.

A análise apontou para a ocorrência de um maior dinamismo nas extremidades do eixo, com uma conversão maior para Cascavel que para qualquer outra cidade da região. Neste caso, Cascavel seria o principal pólo regional, o que os estudos do Ipea (2000) sobre as redes urbanas regionais confirmaram, pois essa cidade é o maior centro de serviços regionais e se especializou, mais do que Foz do Iguaçu, no atendimento da demanda regional. Dentre os principais serviços demandados pela região estão o comércio varejista, o comércio atacadista, serviços médicos, serviços educacionais, serviços de repartições públicas federais, entre outros. Foz do Iguaçu tem sua infraestrutura de serviços voltada mais para atender a uma demanda proveniente de fora da região, composta pelos turistas que vêm de todas as partes do Brasil e do mundo e por importadores da Argentina e do Paraguai.

Foz do Iguaçu foi fortemente favorecida pelas intervenções do Governo Federal, nas últimas quatro décadas do século XX. O fato de estar na tríplice fronteira, somado ao potencial hidrelétrico do Rio Paraná, dentro de seu território, foram decisivos para isso.

O eixo sofreu influência, durante quatro décadas, de todos os fatores exógenos analisados. Estes tiveram início com a modernização da agricultura, no final dos anos de 1960, e prosseguiram com a construção de Itaipu e a implantação de toda a infraestrutura necessária para sua execução e manutenção, em meados dos anos de 1970. O fortalecimento das relações comerciais com o Paraguai resultou na construção da Ponte da Amizade e na pavimentação da BR-277. E o turismo de compras em Ciudad del Este surgiu quando estavam sendo terminadas as obras civis de Itaipu e sucedeu a construção na manutenção da dinâmica de Foz do Iguaçu e do eixo. Por outro lado, outras variáveis, como a abertura da economia brasileira, o Mercosul e o Plano Real, interferem, de forma negativa, sobre a economia de Foz do Iguaçu e do eixo.

A análise do eixo apresenta algumas peculiaridades a serem ressaltadas:

1. Cascavel é o centro urbano com a maior capacidade de atendimento à demanda regional, especialmente em serviços, o que a torna um pólo regional estratégico.
2. O eixo é "espremido", de um lado, pelo Parque Nacional do Iguaçu (ainda não explorado na totalidade de suas potencialidades) e de outro por municípios com regiões de relevo acidentado, de exploração econômica mais complexa.
3. Foz do Iguaçu tem na intervenção ou em ações do Governo Federal uma de suas principais alavancas para o desenvolvimento. Os resultados ficam mais claros com a redução dos investimentos das obras de construção de Itaipu e, posteriormente, com o arrefecimento do turismo de compras causado pela desvalorização do real em 1999. Embora desfrutando de um invejável potencial turístico, as atividades econômicas, em geral, declinaram fortemente.
4. Foz do Iguaçu conta com fatores que podem ser decisivos para mantê-la como área de interesse especial do Governo Federal: a cidade está na tríplice fronteira, sendo portanto área de interesse dos governos do Paraguai e da Argentina; tem a Itaipu em seu território, onde são produzidos 25% da energia elétrica consumida no Brasil; é também onde se inicia o Parque Nacional do Iguaçu, área de biodiversidade significativa, e o Reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que mantém uma reserva, em nível normal, de 29 bilhões de m³ de água doce.

As perspectivas de desenvolvimento nessa região apontam para o agronegócio, que está num nível considerado como dos melhores do País; para o fornecimento de energia elétrica de Itaipu, com o conseqüente pagamento de *royalties* aos municípios lindeiros; e para o turismo. Estas são três atividades que já se consolidaram como produtos de exportação da região. No entanto, aparentam ser atualmente insuficientes para manter a dinâmica econômica regional, particularmente no que se refere à geração de emprego e renda.

Entre as preocupações com a sustentabilidade do desenvolvimento regional está o fato de suas principais atividades estarem fortemente concentradas nas extremidades do eixo, e de uma dessas extremidades – Foz do Iguaçu – não possuir, neste momento, uma economia bem estruturada. Ela está necessitando, urgentemente, de uma reconversão produtiva para aproveitar a infra-estrutura existente e seu potencial turístico. Do sucesso de Cascavel e de Foz do Iguaçu na redefinição de papéis, neste período de novas configurações no cenário produtivo nacional, dependerá a dinâmica econômica e social da Região Oeste do Paraná nos próximos anos, que passa, necessariamente, pela maior integração com o restante do Brasil e com os países vizinhos.

Em suma, este trabalho analisou o desenvolvimento da Região Oeste do Paraná em relação ao Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu, que se revelou autêntico do ponto de vista teórico e se confirma com as ligações e interesses econômicos e estratégicos em termos de desenvolvimento regional. Embora esse eixo tenha sido escolhido para análise, por ser o mais significativo do ponto de vista teórico, fica em aberto a possibilidade de analisar outros eixos dentro da Região Oeste do Paraná, como é o caso de Cascavel a Guaira ou, então, o eixo representado por Foz do Iguaçu a Guaira, margeando o reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, com suas áreas alagadas, a exploração de atividades de serviço denominada de Costa Oeste e os investimentos permitidos pelos *royalties* da Itaipu Binacional.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- BOUDEVILLE, Jacques R. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal. **Diagnóstico socioeconômico de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Departamento de Informações Sociais, 1999.
- GODOY, Amália M. G. Modernização da agricultura paranaense: conseqüências ambientais e políticas governamentais. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGROINDÚSTRIA, 2000, Lajeado. **Anais**. Lajeado: Centro Universitário UNIVATES, 2000. p.1-22.
- GUIMARÃES, E. A. Abertura econômica, estabilização e política industrial. In: VELOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). **O Real e o futuro da economia**. Rio de Janeiro: J. Olympio: Forum Nacional, 1995.
- IBGE. **Censo demográfico 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000**. Rio de Janeiro, 1960-2001.
- IPARDES. **Redes urbanas regionais: Sul**. Brasília: IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6).
- ITAIPU BINACIONAL. **Royalties de Itaipu**. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/dfport/royalties.htm>. Acesso em: 19 jan. 2001.

MELLOS, Erasto Castilhos de. **A mercantilização da produção agrícola regional e o estado na dinâmica da acumulação de capital e expansão das cooperativas agropecuárias singulares: o caso do extremo-oeste paranaense.** Belo Horizonte, 1988. Dissertação (Mestrado em Economia Regional e Urbana) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais.

MODIANO, Eduardo; CARNEIRO, Dionísio Dias. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MONTEIRO, Nilson. **Itaipu, a luz.** 2. ed. Curitiba: Itaipu Binacional/Assessoria de Comunicação Social, 2000.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da nação.** Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1998.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, Speridião. **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: IBGE, 1974. p.97-110.

PERROUX, François. **A economia do século XX.** 2. ed. Lisboa: Livraria Moraes, 1967.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. Integração x integração: a busca dos conceitos perdidos. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (Coord.). **Integração, região e regionalismo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p.55-88.

WACHOVICZ, Rui C. A comunicação histórica do Mar-Oceano ao Rio-Mar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba: IPARDES, n.83, p.85-97, set./dez.1994